

GJTPREVI - INSTITUTO DE PREV. S. DOS
SERVIDORES PÚB. MUN. DE GOVERNADOR
JORGE TEIXEIRA

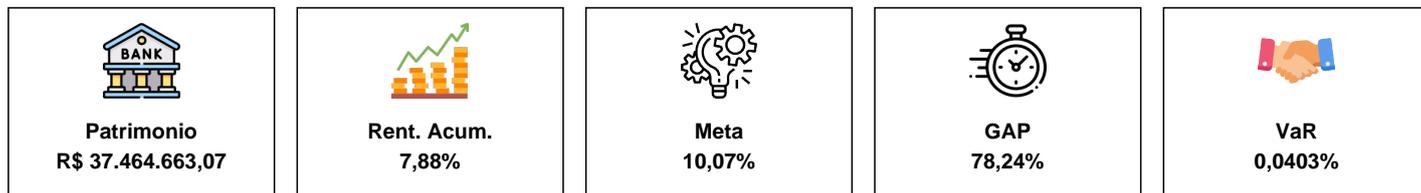
CNPJ 13.363.520/0001-00



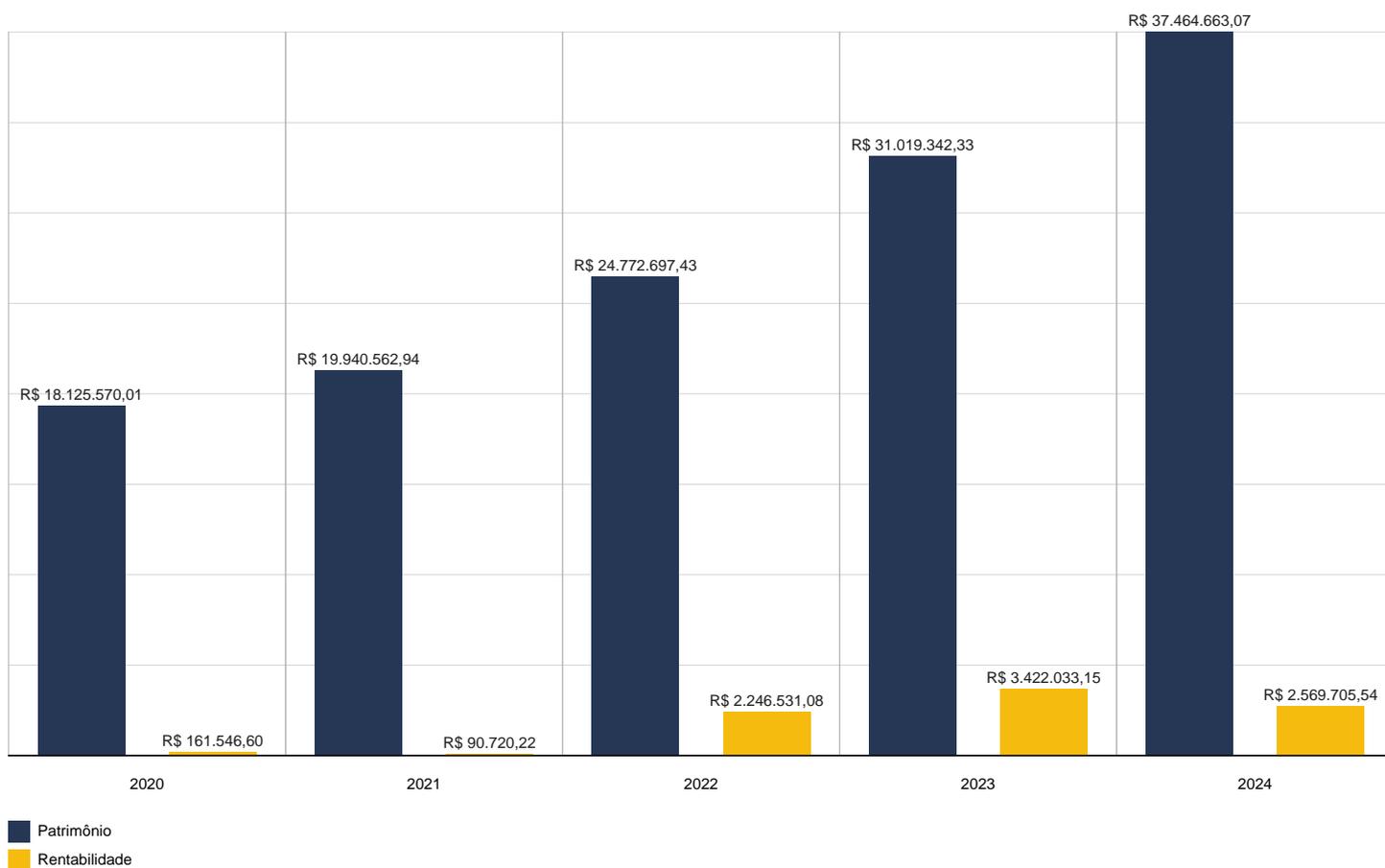
RELATÓRIO ANUAL DE INVESTIMENTOS

2024

1. DADOS ESTATÍSTICOS



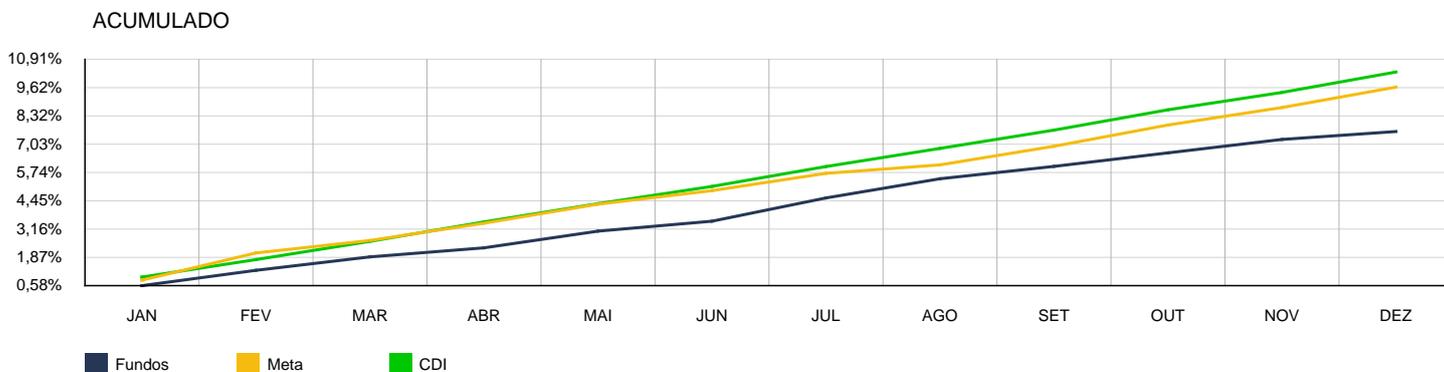
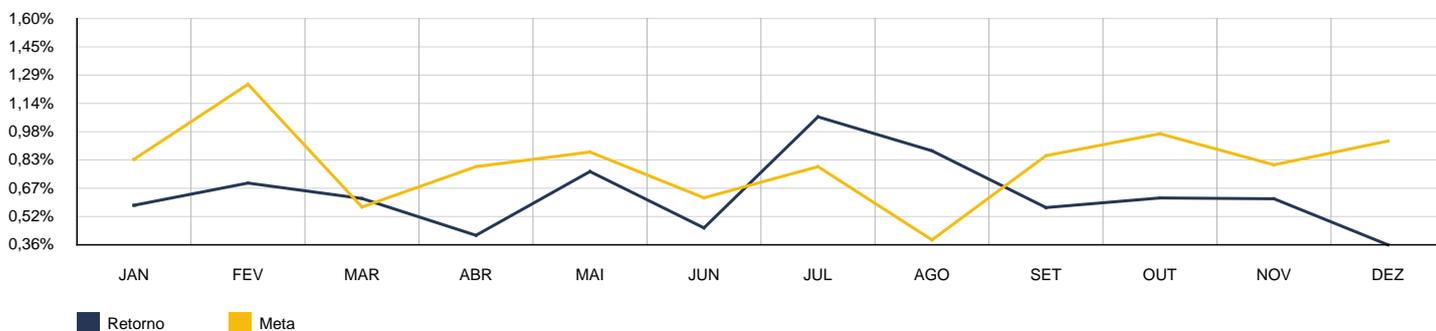
2. COMPARATIVO



3. CONSOLIDADO

Como pode ser observado pela tabela abaixo a rentabilidade no acumulado do ano ficou em 7,88% enquanto que a meta atuarial acumulada foi de 10,07%, ou seja, o Instituto atingiu 78,24% da meta atuarial.

MÊS	ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.	META	GAP
Janeiro	31.018.887,11	39.476,25	204.943,25	31.031.499,34	178.079,23	0,58%	0,83%	69,61%
Fevereiro	31.031.499,34	374.462,84	235.532,75	31.388.315,63	217.886,20	0,70%	1,24%	56,34%
Março	31.388.315,63	595.942,61	44.249,91	32.136.239,86	196.231,53	0,61%	0,57%	108,16%
Abril	32.136.239,86	655.451,97	277.066,25	32.648.771,73	134.146,15	0,41%	0,79%	52,30%
Mai	32.648.771,73	342.718,71	267.044,01	32.973.876,08	249.429,65	0,76%	0,87%	87,68%
Junho	32.973.876,08	3.987.428,15	3.474.810,47	33.638.255,12	151.761,36	0,45%	0,62%	73,30%
Julho	33.638.255,12	545.859,31	213.700,85	34.331.214,96	360.801,38	1,06%	0,79%	134,62%
Agosto	34.331.214,96	625.638,04	107.022,29	35.155.102,45	305.271,74	0,88%	0,39%	226,12%
Setembro	35.155.102,45	494.642,88	463.192,68	35.385.260,40	198.707,75	0,56%	0,85%	66,50%
Outubro	35.385.260,40	4.599.683,09	4.224.817,69	35.980.898,43	220.772,63	0,62%	0,97%	63,67%
Novembro	35.980.898,43	3.137.241,00	2.877.943,75	36.462.286,69	222.091,01	0,61%	0,80%	76,70%
Dezembro	36.462.286,69	1.194.800,67	327.550,46	37.464.063,81	134.526,91	0,36%	0,93%	38,77%
Acumulado no Ano					2.569.705,54	7,88%	10,07%	78,24%
Disponibilidade Financeira					R\$ 599,26			
Patrimônio Líquido					R\$ 37.464.663,07			



4. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE DEZEMBRO

PRODUTO / FUNDO	DISP. RESG.	TAXA ADM.	SALDO	PARTICIP. S/TOTAL	QUANT. COTISTAS	% / PL DO FUNDO	RES. 4963
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2028	D+0	0,15%	2.338.839,49	6,24%	134	0,27%	Art. 7º, I, b
BB FLUXO FIC RF PREVIDENCIÁRIO	D+0	1,00%	2.320.967,69	6,20%	1.035	0,06%	Art. 7º, III, a
BB IMA-GERAL EX-C TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	D+1	0,20%	1.178.448,59	3,15%	84	0,51%	Art. 7º, I, b
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVIDENCIÁRIO	D+0	0,30%	4.222.602,74	11,27%	1.124	0,05%	Art. 7º, I, b
BB PERFIL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	D+0	0,20%	7.223.255,79	19,28%	1.259	0,04%	Art. 7º, III, a
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+ FI	D+1	0,30%	254.361,06	0,68%	56	0,19%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL FI RF DI LP	D+0	0,20%	1.030.929,46	2,75%	1.144	0,01%	Art. 7º, III, a
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP	D+0	0,20%	777.188,63	2,07%	136	0,16%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	D+0	0,20%	4.469.757,59	11,93%	1.130	0,05%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	D+0	0,20%	3.708.232,82	9,90%	554	0,06%	Art. 7º, III, a
CAIXA PRÁTICO FIC RF CP	D+0	1,70%	25.557,18	0,07%	12.788	0,00%	Art. 7º, IV, a
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	D+4	1,50%	691.523,98	1,85%	173	0,31%	Art. 8º, I
ITAÚ HIGH GRADE RFI CRÉDITO PRIVADO-FIC FI	D+0	0,25%	1.345.935,37	3,59%	1.718	0,01%	Art. 7º, V, b
ITAÚ INST. GLOBAL DIN RF LP FIC	D+1	0,50%	2.645.234,95	7,06%	191	0,12%	Art. 7º, III, a
ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	D+0	0,18%	1.887.353,64	5,04%	458	0,03%	Art. 7º, III, a
ITAÚ MM JUROS E MOEDAS	D+1	0,35%	2.288.316,57	6,11%	30	2,19%	Art. 10º, I
ITAÚ PV MULTIM. SP500 BRL FICFI	D+1	0,80%	811.817,14	2,17%	608	0,06%	Art. 10º, I
LME REC MULTISSETORIAL IPCA	D+1260	1,00%	119.072,89	0,32%	0	0,18%	Art. 7º, V, a

TOWER BRIDGE IMA-B 5 FI RF	D+1471	0,00%	21.165,12	0,06%	31	0,18%	Art. 7º, IV, a
TOWER II RF FUNDO DE INVESTIMENTO IMA-B 5	D+1471	0,00%	103.503,11	0,28%	26	0,26%	Art. 7º, I, b
TOTAL			37.464.063,81				

5. RETORNO POR SEGMENTO

SEGMENTO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.	% S/CARTEIRA
Renda Fixa	32.635.733,99	1.194.800,67	327.550,46	33.672.406,12	169.421,92	0,51%	89,88%
Renda Variável	732.507,14	0,00	0,00	691.523,98	-40.983,16	-5,59%	1,85%
Estruturado	3.094.045,56	0,00	0,00	3.100.133,71	6.088,15	0,20%	8,27%

ATIVOS RENDA FIXA	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2028	2.370.916,34	0,00	0,00	2.338.839,49	-32.076,85	-1,35%
BB FLUXO FIC RF PREVIDENCIÁRIO	1.445.123,81	1.188.982,79	327.550,46	2.320.967,69	14.411,55	0,55%
BB IMA-GERAL EX-C TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	1.184.612,18	0,00	0,00	1.178.448,59	-6.163,59	-0,52%
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVIDENCIÁRIO	4.194.259,15	0,00	0,00	4.222.602,74	28.343,59	0,68%
BB PERFIL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	7.166.169,73	0,00	0,00	7.223.255,79	57.086,06	0,80%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+ FI	262.121,08	0,00	0,00	254.361,06	-7.760,02	-2,96%
CAIXA BRASIL FI RF DI LP	1.022.456,51	0,00	0,00	1.030.929,46	8.472,95	0,83%
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP	782.108,48	0,00	0,00	777.188,63	-4.919,85	-0,63%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	4.439.015,97	0,00	0,00	4.469.757,59	30.741,62	0,69%
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	3.677.876,46	0,00	0,00	3.708.232,82	30.356,36	0,83%
CAIXA PRÁTICO FIC RF CP	19.587,08	5.817,88	0,00	25.557,18	152,22	0,60%
ITAÚ HIGH GRADE RFI CRÉDITO PRIVADO-FIC FI	1.333.315,05	0,00	0,00	1.345.935,37	12.620,32	0,95%
ITAU INST. GLOBAL DIN RF LP FIC	2.622.575,99	0,00	0,00	2.645.234,95	22.658,96	0,86%

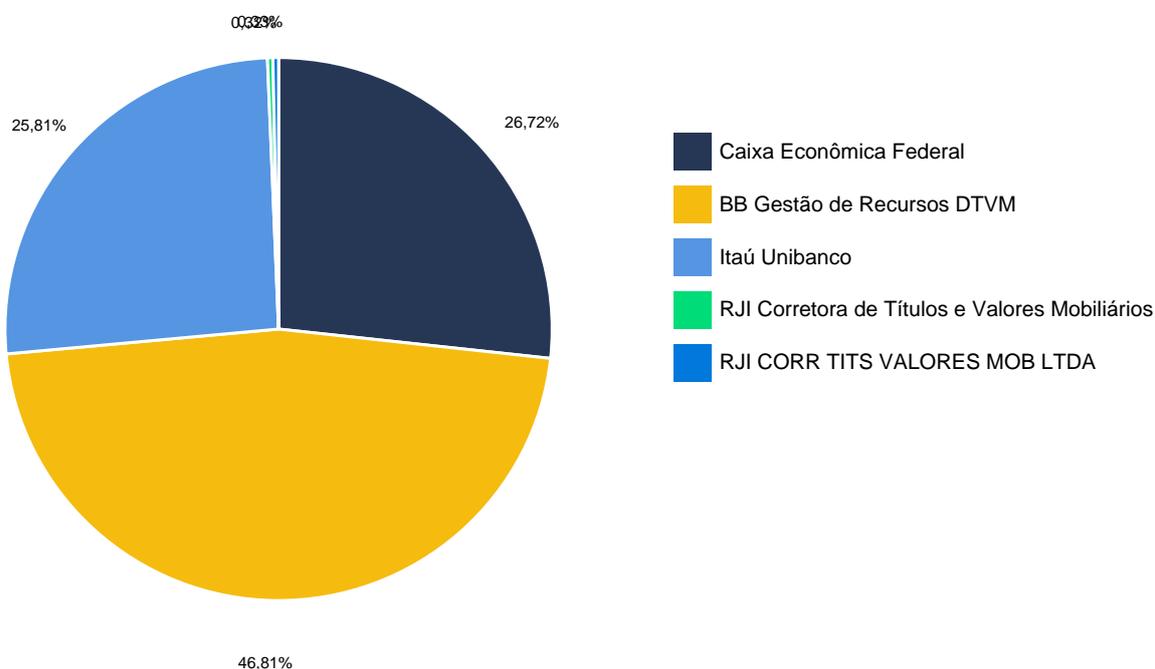
ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	1.871.328,25	0,00	0,00	1.887.353,64	16.025,39	0,86%
LME REC MULTISSETORIAL IPCA	119.662,08	0,00	0,00	119.072,89	-589,19	-0,49%
TOWER BRIDGE IMA-B 5 FI RF	21.522,07	0,00	0,00	21.165,12	-356,95	-1,66%
TOWER II RF FUNDO DE INVESTIMENTO IMA-B 5	103.083,76	0,00	0,00	103.503,11	419,35	0,41%

ATIVOS RENDA VARIÁVEL	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	732.507,14	0,00	0,00	691.523,98	-40.983,16	-5,59%

ATIVOS ESTRUTURADO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO	RENTAB.
ITAÚ MM JUROS E MOEDAS	2.267.329,81	0,00	0,00	2.288.316,57	20.986,76	0,93%
ITAÚ PV MULTIM. SP500 BRL FICFI	826.715,75	0,00	0,00	811.817,14	-14.898,61	-1,80%

6. CONSOLIDADO POR GESTOR

GESTÃO	VALOR	% S/ CARTEIRA	% S/ PL GESTÃO
Caixa Econômica Federal	10.011.665,68	26,72%	0,02%
BB Gestão de Recursos DTVM	17.538.475,36	46,81%	0,01%
Itaú Unibanco	9.670.181,65	25,81%	0,03%
RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	119.072,89	0,32%	0,18%
RJI CORR TITS VALORES MOB LTDA	124.668,23	0,33%	0,24%
Total da Carteira	37.464.063,81	100,00%	

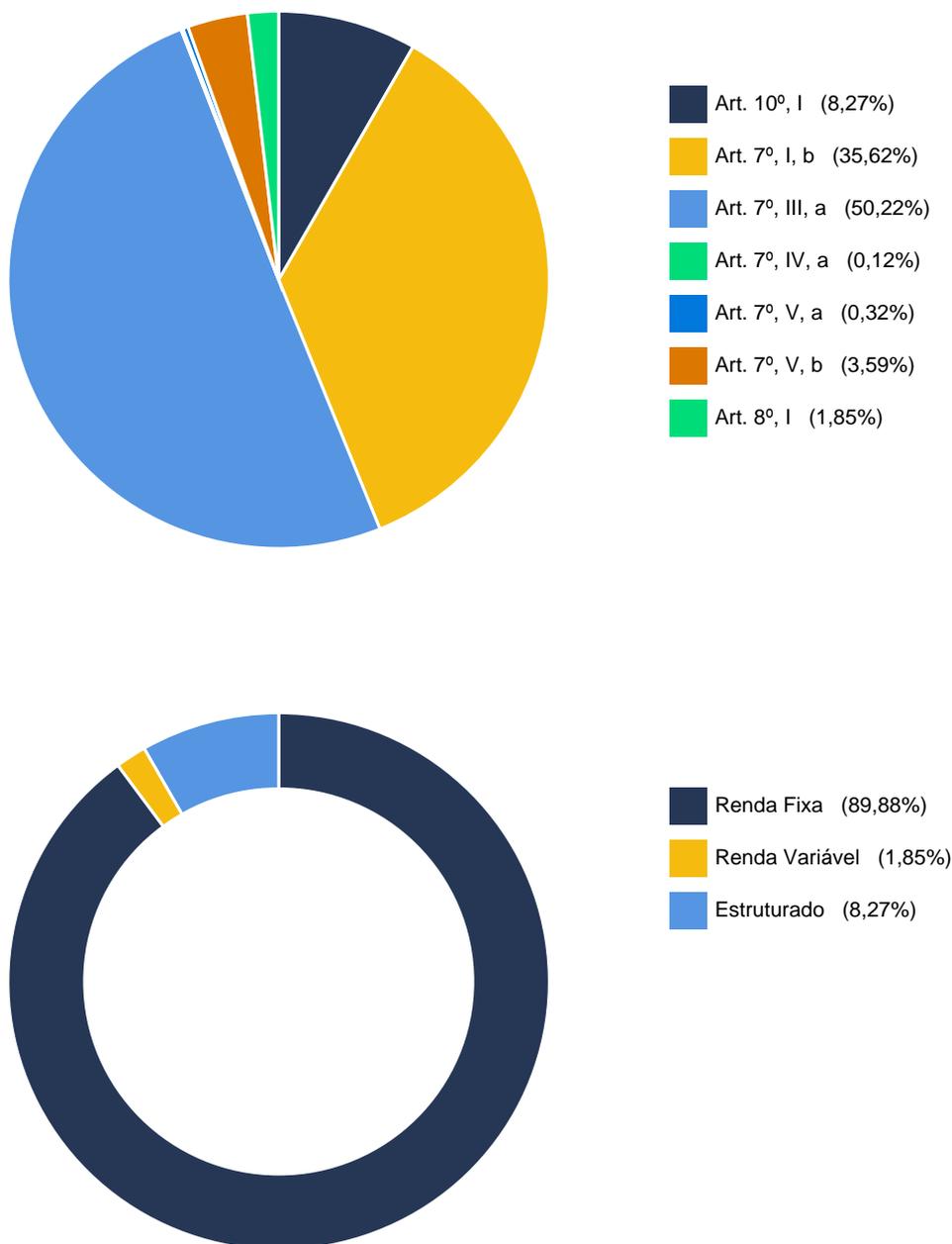


7. ENQUADRAMENTO

O enquadramento da carteira é com base na legislação vigente, a proposta de estratégia para o exercício é deliberada pelo colegiado, a carteira deve seguir a PAI - Política Anual de Investimento considerando limites mínimos e máximos.

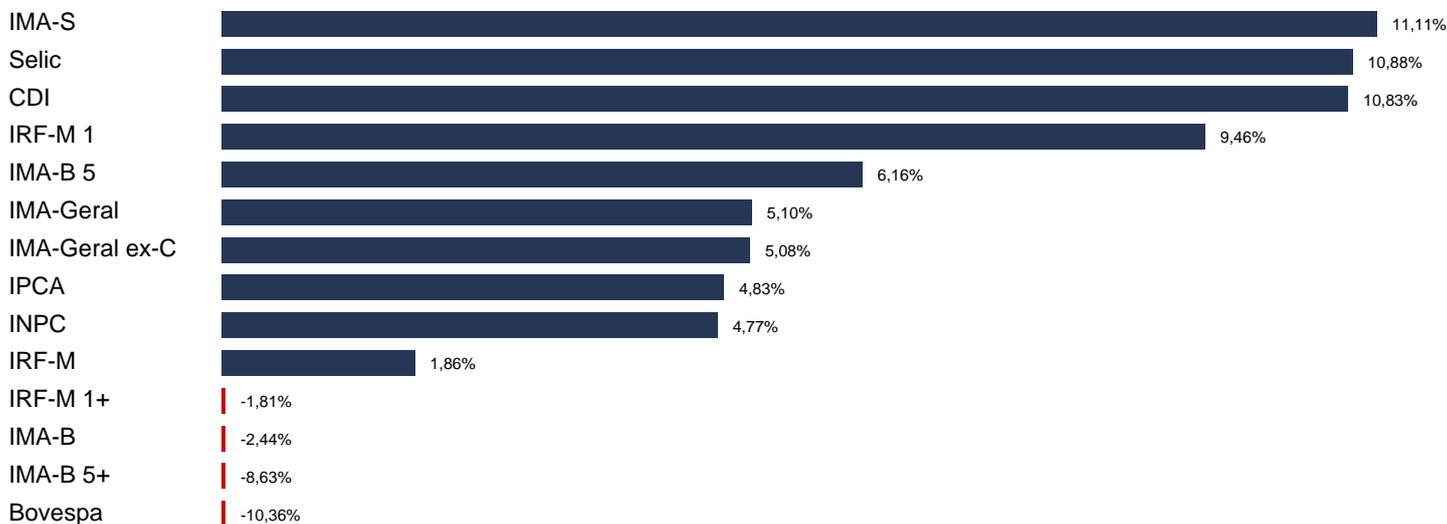
ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O EXERCÍCIO DE 2024					
SEGMENTO	ATIVO	Alocação dos Recursos			
		Limite da Resolução	Limite Inferior %	%	Limite Superior %
RENDA FIXA	Títulos TN SELIC - Art.7º, I, "a"	100%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI 100% Títulos TN - Art. 7º, I, "b"		0,00%	35,66%	100,00%
	FI Ref em Índices de RF 100 TP - Art.7º, I, "c"		0,00%	0,00%	0,00%
	Oper. Compromissadas em TP TN - Art. 7º, II	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI referenciados RF - Art. 7º, III, "a"	60%	0,00%	50,29%	60,00%
	FI de Índices Referenciado RF - Art. 7º, III, "b"		0,00%	0,00%	30,00%
	Renda Fixa de emissão Bancária - Art. 7º, IV	20%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direito Creditório - Sênior - Art. 7º, V, "a"	5%	0,00%	0,32%	2,00%
	FI Renda Fixa "Credito Privado" - Art. 7º, V, "b"		0,00%	3,60%	5,00%
	FI de Debêntures de infraestrutura - Art. 7º, V, "c"		0,00%	0,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	FI de Ações - Art. 8, I	30%	0,00%	1,85%	10,00%
	ETF - Índices de ações - Art. 8º, II		0,00%	0,00%	2,00%
EXTERIOR	Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10%	0,00%	0,00%	0,00%
	Constituído no Brasil - Art. 9º, II		0,00%	0,00%	0,00%
	Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III		0,00%	0,00%	5,00%
ESTRUTURADO	FI Multimercados - Art. 10, I	10%	0,00%	8,29%	10,00%
	FI em Participações - Art. 10, II	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Mercado de Acesso - Art. 10, III		0,00%	0,00%	0,00%
IMOBILIÁRIO	FI Imobiliários - Art. 11	5%	0,00%	0,00%	0,00%
CONSIGNADO	Empréstimos consignado - Art. 12	5%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL			0,00%	100,00%	224,00%

8. ENQUADRAMENTO RESOLUÇÃO N. 4.963/2021



9. ÍNDICES ECONÔMICOS

ÍNDICE	MÊS	ANTERIOR	6 MESES	ANO	12 MESES
Bovespa	-4,28%	-3,12%	-2,92%	-10,36%	-10,36%
CDI	0,93%	0,79%	6,17%	10,83%	11,82%
IMA-B	-2,62%	0,02%	-1,36%	-2,44%	-2,44%
IMA-B 5	-0,28%	0,36%	2,75%	6,16%	6,16%
IMA-B 5+	-4,37%	-0,23%	-3,78%	-8,63%	-8,63%
IMA-Geral	-0,59%	0,32%	2,61%	5,10%	5,10%
IMA-Geral ex-C	-0,60%	0,30%	2,57%	5,08%	5,08%
IMA-S	0,86%	0,83%	5,50%	11,11%	11,11%
INPC	0,48%	0,33%	2,04%	4,77%	4,77%
IPCA	0,52%	0,39%	2,29%	4,83%	4,83%
IRF-M	-1,66%	-0,52%	0,34%	1,86%	1,86%
IRF-M 1	0,70%	0,57%	4,74%	9,46%	9,46%
IRF-M 1+	-2,96%	-1,13%	-2,02%	-1,81%	-1,81%
Selic	0,93%	0,79%	6,21%	10,88%	11,87%
Meta Atuarial	0,93%	0,80%	4,82%	10,07%	10,07%



10. CONJUNTURA ECONÔMICA

RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÔMICA

RESUMO ANUAL 2024

INFLAÇÃO 2024

Os principais pontos: A inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), registrou alta de 0,52% em dezembro de 2024, o que representa 0,13 ponto percentual (p.p.) acima do observado em novembro, quando subiu 0,39%. A alta do índice foi menos intensa que a esperada pelo mercado, que previa variação de 0,53%, segundo a mediana do sistema Infinity. Com esse resultado, o IPCA acumulou alta de 4,83% no ano passado. Em dezembro de 2023, a variação foi positiva em 0,56%, com a inflação fechando o ano em 4,62%. Na composição do IPCA, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta na passagem mensal. Os maiores impactos vieram dos grupos Alimentação e Bebidas (1,18%) e Transportes (0,67%), que contribuíram com 0,25 e 0,14 p.p. para o índice, respectivamente. Para Alimentação e Bebidas destaque para a alta expressiva nos preços de carne (5,26%). No sentido oposto, destaca-se o impacto negativo do grupo Habitação (-0,08 p.p.) que registrou queda de -0,56% no mês depois de variar -1,53% em novembro, resultado influenciado pela queda de 3,19% nos preços da energia elétrica residencial. Impacto nos cenários: as maiores contribuições para o IPCA no ano de 2024 vieram dos grupos Alimentação e Bebidas (7,69%), Saúde e Cuidados pessoais (6,09%) e Transportes (3,30%). Juntos, esses três grupos foram responsáveis por 65% da inflação no ano. A gasolina, foi o item que gerou o maior impacto individual para o cálculo do indicador, com alta acumulada de 9,71%, seguida pelos planos de saúde (7,82%) e refeição fora do domicílio (5,70%). No sentido oposto, as passagens aéreas, registraram queda de 22,20% em 2024, acarretando um impacto de -0,21 p.p para o indicador. De forma geral, a inflação do ano passado foi impactada fortemente pelas condições climáticas adversas, que influenciaram a alta dos alimentos, e da gasolina, impactada pelos preços internacionais e a desvalorização do real. Para 2025, nosso cenário contempla alta de 4,8% para o IPCA. Por um lado, devemos observar um movimento de desaceleração dos preços dos alimentos, de acordo com a expectativa de melhora das condições climáticas e recorde da produção de grãos no país. De outro, esperamos maior pressão vinda da desvalorização cambial e seu respectivo repasse ao varejo, fato que deverá fazer a inflação deste ano crescer no mesmo ritmo do ano passado.

CARTA ABERTA, Em 2024, a taxa de inflação, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), alcançou 4,83%, situando-se acima do limite superior do intervalo de tolerância, de 4,50%. O limite superior estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução nº 4.918, de 24 de junho de 2021, corresponde à meta de inflação de 3,00% acrescida de 1,50 ponto percentual (p.p.). Portanto, em cumprimento ao estabelecido no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 3.088, de 1999, encaminho-lhe esta carta aberta.

CAUSAS DE A INFLAÇÃO NÃO TER CUMPRIDO A META FISCA

A inflação em 2024 ficou acima do intervalo de tolerância em decorrência do ritmo forte de crescimento da atividade econômica, da depreciação cambial e de fatores climáticos, em contexto de expectativas de inflação desancoradas e inércia da inflação do ano anterior. Portanto, a inflação envolveu uma gama ampla de fatores. No sentido contrário, destaca-se a queda do preço internacional do petróleo no segundo semestre do ano, conforme conteúdo da Carta Aberta do Banco Central, disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2024.pdf

TAXA SELIC 2024

O Banco Central utilizou da política monetária definindo a meta para a taxa Selic para assegurar a convergência da inflação à meta. Depois de período de distensão monetária, o Copom retomou ciclo de aumento da taxa de juros. Conforme as informações publicadas pela Carta Aberta do BC, em agosto de 2023, em função da melhora no quadro inflacionário no período, o BC iniciou processo de distensão monetária que durou até maio de 2024. A taxa Selic foi reduzida de 13,75% em fevereiro de 2023 para 10,50% em maio de 2024. As projeções consideravam desaceleração econômica à frente. De fato, o PIB, na comparação com o trimestre anterior, cresceu 0,2% nos terceiro e quarto trimestres de 2023. Entretanto, em decorrência da piora no cenário prospectivo, o Copom manteve a Selic em 10,50% nas reuniões de junho e julho. Na reunião de junho, o Copom destacou a elevação das projeções da inflação, a continuidade do dinamismo maior que o esperado da atividade econômica e do mercado de trabalho e a ampliação da desancoragem das expectativas. Na reunião 265ª mediante o cenário econômico, o BC não conseguiu manter a taxa e deu início cenário de alta, com aumento de 0,25 p.p. para 10,75% considerando que o cenário demandava uma política monetária mais contracionista. Na reunião de novembro, considerando a necessidade de uma política monetária mais contracionista, o Comitê julgou adequado realizar um novo aumento na taxa Selic, elevando em 0,50 p.p., para 11,25%. Na sua última reunião, em dezembro, o Copom aumentou a taxa Selic em 1,00 p.p., para 12,25%, considerando que o cenário mais recente, marcado por desancoragem adicional das expectativas de inflação, elevação das projeções de inflação e dinamismo acima do esperado na atividade que exigiu uma política monetária ainda mais contracionista.

CÂMBIO 2024

Conforme a Carta Aberta do BC, a taxa de câmbio subiu de R\$4,95/US\$ na média do último trimestre de 2023 para R\$5,84/US\$ na média do mesmo período em 2024, uma variação de 18,0%. Considerando a média em dezembro de 2023 e de 2024, a taxa de câmbio aumentou de R\$4,90/US\$ para R\$6,10/US\$, uma variação de 24,5%, que corresponde a uma queda do real de 19,7%. O processo de depreciação começou em abril de 2024 e se intensificou ao longo do ano. Assim, parcela dos efeitos diretos e indiretos do repasse cambial ainda deve se efetivar em 2025. A apreciação do dólar a nível global refletiu principalmente a queda da Fed Funds Rate em ritmo mais lento que o esperado pelos mercados e as expectativas de alteração na política econômica norte-americana em decorrência do resultado das eleições naquele país. Entretanto, foi a moeda de maior depreciação em 2024.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

O mercado de trabalho apresentou resultados robustos em 2024. A taxa de desocupação continuou trajetória de rápido declínio, atingindo 6,5% em novembro (dados ajustados sazonalmente), menor valor da série histórica. Na comparação interanual, a taxa (sem ajuste sazonal) passou de 7,5% em novembro de 2023 para 6,1% em novembro de 2024. A baixa taxa de desocupação foi acompanhada de aumento dos salários. O rendimento médio nominal habitual de todos os trabalhos entre janeiro e novembro de 2024 foi 9,0% superior ao do mesmo período do ano anterior, uma elevação de 4,5% em termos reais. As contratações líquidas medidas pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) foram de 1,8 milhão de vagas nos últimos doze meses até novembro. Embora em menor ritmo do que no início de 2024, a contratação líquida mensal ajustada sazonalmente tem sido robusta, ficando entre 100 e 150 mil entre maio e novembro.

POLÍTICA FISCAL

No acumulado de 2024 até novembro, o resultado primário do governo central foi deficitário em R\$ 71,3 bilhões, contra um déficit de R\$ 119,6 bilhões registrado no mesmo período de 2023, ambos a preços de novembro de 2024. A receita primária no acumulado do ano foi de R\$ 2.429,4 bilhões a preços de novembro, registrando crescimento real de 8,1% em relação a 2023, com destaque para o crescimento da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que foi de 12,8% em termos reais. As receitas não administradas tiveram uma queda de 5,1% e a arrecadação do regime geral de previdência cresceu, em termos reais, 3,7%, na mesma base de comparação. A despesa primária do governo central no acumulado até novembro registrou R\$ 2.029,2 bilhões a preços desse mês, com aumento real de 4,6% em relação ao mesmo período de 2023. Esse aumento foi explicado, em grande medida, pelo pagamento de benefícios previdenciários, com um crescimento real de R\$ 29,0

bilhões (3,4%), pelo pagamento de precatórios, os quais tiveram uma elevação real de despesa da ordem de R\$ 14,1 bilhões (67,9%), pelo pagamento de despesas com créditos extraordinários, abertos em sua maior parte para o enfrentamento da calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul, com aumento real de R\$ 14,3 bilhões (640,8%) e pelas despesas com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social da Renda Mensal Vitalícia (LOAS/ RMV), com crescimento real de R\$ 14,1 bilhões (15,8%). Para 2024, o último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias da União (RARDP), divulgado no final de novembro, projeta déficit primário de R\$ 64,4 bilhões. Considerando-se as despesas não computadas no resultado primário para fins de cumprimento da meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (calamidade pública no Rio Grande do Sul, emergência climática e Acórdão no 1.103/2024- TCU), no montante de R\$ 36,7 bilhões, o resultado primário projetado ficaria deficitário em R\$ 27,7 bilhões, dentro do intervalo de tolerância estabelecido na LDO conforme divulgou Carta de Conjuntura da Ipea.

- O Ministério da Fazenda apresentou nesta terça-feira (7/1), os dados mais recentes do Resultado Fiscal Estrutural (RFE) do setor público consolidado. O relatório, publicado pela Secretaria de Política Econômica, detalha o desempenho fiscal de 2023 e apresenta uma prévia dos resultados de 2024, considerando os dados até setembro. Em 2024, o esforço de recuperação fiscal tem sido liderado pelo governo central, que alcançou um resultado de -1,16% do PIB potencial até setembro. Este desempenho representa uma forte recuperação frente a 2023 (-2,0% do PIB potencial) e se aproxima do resultado de 2022 (-0,82% do PIB potencial), o que evidencia a efetividade das medidas implementadas ao longo de 2024 disponível em <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202501/ministerio-fazenda-relatorio-melhora-deficit-fiscal-estrutural-2024>

CENÁRIO EXTERNO

Estados Unidos: Na última reunião de 2024 o Fed cortou os juros em 0,25 p.p, levando as Fed Funds ao patamar de 4,50% a.a. Para 2025, ante um mercado de trabalho e inflação ainda resilientes e um novo mandato de Trump nos EUA, o Fed deverá ser mais cauteloso quanto aos cortes de juros. Logo, os analistas projetam que o ciclo se encerre em 3,75% a.a. no segundo semestre de 2025.

Europa: Na área do euro, a taxa de juros que encerrou o ano em 3,00% a.a., deverá encerrar 2025 em 2,25% a.a. Inflação registrou alta dentro das expectativas de mercado. O desempenho do indicador repercute um mercado de trabalho aquecido com desemprego nas mínimas históricas, contexto que pressiona os salários e, por consequência, influencia o nível da inflação de serviços. Na última decisão de política monetária de 2025, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu a taxa de depósito em 25 pontos-base, encerrando os juros básicos da região em 3,0% ao ano. Essa medida foi acompanhada por uma revisão para baixo da inflação na região e trouxe uma postura mais construtiva da

autoridade monetária, sugerindo que cortes sequenciais de juros se tornaram mais prováveis nas próximas reuniões. Na China: Os indicadores de atividade seguiram sugerindo que há alguma recuperação em andamento, em especial no mercado imobiliário. Contudo, foram os anúncios do Partido Comunista chinês quanto à disponibilidade em implementar estímulos fiscais e creditícios que repercutiram positivamente no mercado.

ÍNDICES DE DEBÊNTURES DA ANBIMA

Os índices atrelados a remuneração da Selic e do CDI, respectivamente, apresentam os melhores desempenhos em dezembro como reflexo da forte abertura dos prêmios da curva nominal. Nos últimos 12 meses, o retorno do IDA-DI (13,19%) permanece na liderança no comparativo com os demais indicadores. No retorno acumulado do ano e dos últimos 12 meses, o IDA-DI permanece se destacando no comparativo com os demais índices de renda fixa a um nível de volatilidade (risco) relativamente baixo considerando a característica de menor duration da carteira, embora já seja possível observar uma menor diferença em relação ao IMA-S. As debêntures incentivadas e não incentivadas apresentaram negociação abaixo da média na última quinzena. O destaque ficou para o dia 10/dez para as debêntures não incentivadas, com volume médio de R\$ 2,2 bilhões/dia. Na última quinzena, o volume médio negociado de CRIs e os CRAs apresentou negociação abaixo da média da quinzena anterior. Destaque para a redução no volume médio negociado de CRIs de 839 para 300 milhões.

IBOVESPA

O Ibovespa fechou o ano de 2024 pior desempenho desde 2021. O ano de 2024 não foi nada positivo para o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, o mercado de ações foi pego por uma combinação nada favorável de dólar alto, tensões geopolíticas globais, retomada da alta da Selic e incertezas com as contas públicas no Brasil. Em dezembro, o Ibovespa registrou uma queda de 4,28%, levando o desempenho acumulado em 2024 para -10,36%. Trata-se da pior performance em três anos. em agosto que o índice conseguiu atingir novo topo, acima dos 137 mil pontos. O retorno do Ibovespa em 2024 foi o pior desde 2021, quando o índice recuou 11,93%, como mostra dados levantados pela Quantum Finance. O resultado do último ano também marca uma quebra da sequência de rentabilidade positiva dos anos anteriores. O Ibovespa chegou a subir 4,69% e 22,28% em 2022 e 2023, respectivamente

AÇÕES MENORES RETORNOS EM 2024

AZUL PN N2 - AZUL4 -77,89%
MAGAZ LUIZA ON NM - MGLU3 -69,72%
COGNA ON ON NM - COGN3 -68,77%
YDUQS PART ON NM - YDUQ3 -61,18%
CVC BRASIL ON NM - CVCB3 -60,57%
ASSAI ON NM - ASAI3 -58,39%
COSAN ON NM - CSAN3 -56,37%
CARREFOUR BR ON NM - CRFB3 -55,65%
AZZAS 2154 ON NM - AZZA3 -52,90%
MRV ON NM - MRVE3 -52,72%

O Ibovespa fechou o ano de 2024 pior desempenho desde 2021. O ano de 2024 não foi nada positivo para o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, o mercado de ações foi pego por uma combinação nada favorável de dólar alto, tensões geopolíticas globais, retomada da alta da Selic e incertezas com as contas públicas no Brasil. Em dezembro, o

Ibovespa registrou uma queda de 4,28%, levando o desempenho acumulado em 2024 para ?10,36%. Trata-se da pior performance em três anos. em agosto que o índice conseguiu atingir novo topo, acima dos 137 mil pontos. O retorno do Ibovespa em 2024 foi o pior desde 2021, quando o índice recuou 11,93%, como mostra dados levantados pela Quantum Finance. O resultado do último ano também marca uma quebra da sequência de rentabilidade positiva dos anos anteriores. O Ibovespa chegou a subir 4,69% e 22,28% em 2022 e 2023, respectivamente.

META ATUARIAL

Pela perspectiva de RPPS no cenário econômico de 2024, constatamos que os perfis mais conservadores apresentaram maior resiliência e rentabilidade relativa. Todavia, mesmo com essa vantagem, não foi possível alcançar a meta atuarial, conforme demonstram os índices no relatório. Apesar do destaque do CDI como o índice de maior potencial no período, a limitação estrutural do mercado financeiro restringe as oportunidades de investimento em ativos exclusivamente atrelados a esse índice, as instituições não dispõem de tantos fundos dessa característica. Além do mais a normativa vigente limita os RPPS a alocação de 20% por fundo, de acordo com a Resolução CMN 4.963/2021. Além disso, é crucial destacar que o mesmo ato normativo permite uma alocação de até 60%, conforme estipulado no Art. 7º, inciso III, alínea A. Entretanto, mesmo com essa flexibilização, o alcance da meta atuarial permaneceu inviável, devido às limitações impostas pela combinação de alta volatilidade nos outros índices, cenário inflacionário desfavorável e desvalorização cambial que impactaram diretamente os ativos financeiros também teve forte impacto. Portanto, o contexto econômico e as restrições normativas impostas no período evidenciam que, em 2024, a meta atuarial não apenas se mostrou desafiadora, mas também um objetivo inalcançável para os RPPS.

SÃO PAULO/SP, 16/01/2025

Thiago Matheus da Costa

THIAGO MATHEUS DA COSTA

Sócio Proprietário

Certificação CEA pela ANBIMA

Consultor de Valores Mobiliários

Atuário MIBA 2178

Certificação
de Especialista
em Investimentos
ANBIMA
CEA

